

**Ata da Audiência Pública sobre as matrículas das turmas de Educação Infantil para 2017 em três Escolas Estaduais deste Município, realizada em 30.11.2016.**

Aos 30 dias do mês de novembro do ano de 2016, às 19h30min, no Plenário da Câmara de Vereadores de Taquara/RS, realizou-se **AUDIÊNCIA PÚBLICA**, com Base na Resolução Nº 002/2005, para tratar da matéria constante do Requerimento Nº 288, datado de 17 de novembro de 2016, de autoria da Vereadora Sirlei Teresinha Bernardes da Silveira. Estavam presentes os seguintes Vereadores: Adalberto Carlos Soares (PP), Guido Mario Prass Filho (PP-Presidente), Régis Bento de Souza (PMDB), Sandra Beatriz Schaeffer (PP), Sirlei Teresinha Bernardes da Silveira (PTB), Telmo Vieira (PTB) e Valdecir Vargas de Almeida (PROS). Ausentes os Vereadores: Adalberto dos Santos Lemos (PDT), Arleu Machado de Oliveira (PP), Eduardo Carlos Kohlrausch (PDT), Lauri Fillmann (PDT), Luiz Carlos Balbino de Oliveira (PTB-Vice-Presidente), Moisés Cândido Rangel (PSC), Nelson José Martins (PMDB). Segue também anexa a esta Ata lista de presença assinada por todos que compareceram neste ato. O Requerimento citado trata das questões que envolvem as matrículas das turmas de Educação Infantil para o ano letivo de 2017 nas Escolas Estaduais de nossa cidade: 27 de Maio, Dr. Breno Osvaldo Ritter e Tristão Monteiro. Para debater sobre o assunto foi convidado o Prefeito de nossa cidade, Senhor Tito Lívio Jaeger Filho; representantes da Secretaria Estadual de Educação do Estado do RGS; Coordenadora Helenise Ávila Juchem - 2ª CRE – Coordenadoria Regional de Educação de São Leopoldo; Secretário Municipal de Educação, Cultura e Esportes – Senhor Antônio Edmar Teixeira de Holanda; comunidade escolar das três Escolas mencionadas; Imprensa e demais interessados. Dos convidados citados, não se fez presente representante do Secretário Estadual de Educação do Estado do RGS, Senhor Luís Antônio Alcoba de Freitas, que estaria sendo representado pela Coordenadora da 2ª CRE, Senhora Helenise Juchem - conforme contato telefônico desta Casa no dia de ontem, sendo que na tarde de ontem (29/11) a mesma havia confirmado sua presença, mas no início da tarde de hoje, através da sua Assessora, Senhora Márcia, cancelou sua presença. O Prefeito Tito Lívio Jaeger Filho não pôde se fazer presente, tendo em vista compromissos já agendados anteriormente, na data de hoje, porém, solicitou que o Secretário Municipal de Educação, Senhor Antônio Edmar de Holanda, estivesse também lhe representando. Nesse sentido o Secretário acima nominado e a Senhora Vivian Ângeli – Presidente do Conselho Municipal da Educação foram convidados para fazer parte da Mesa Diretora e nesse momento o Presidente desta Casa, Vereador Guido Mario Prass Filho deu início aos trabalhos da noite convidando a todos para realizarem em conjunto a Oração do Pai Nosso. Na sequência o Presidente fez um breve discurso dizendo que é solidário e parceiro à iniciativa da Vereadora Sirlei, a qual foi aceita por unanimidade dos Vereadores desta Casa, lembrando que no ano anterior já houve este embate com êxito – por isso estão tentando novamente para que através de tudo que for discutido aqui e os encaminhamentos que forem dados, possam buscar solução positiva. Após o Presidente pediu licença para se ausentar, devido a outro compromisso já agendado, momento em que passou a condução dos trabalhos à Vereadora Sirlei Silveira, proponente desta Audiência Pública. Inicialmente a Vereadora Sirlei cumprimentou a todos, expondo rapidamente algumas situações – destacando que é de muitos anos que esta luta tem sido enfrentada por Escolas Estaduais de nosso Município, onde o Estado determinava que não inscrevessem alunos da Educação Infantil, alunos que estariam na época com cinco anos, a exemplo de hoje. Disse ainda que a Escola que não fez as inscrições, que não teve por quem lutar – fechou a Educação Infantil. Já as Escolas Breno Ritter, 27 de Maio e Tristão Monteiro, representadas hoje nesta Audiência não desistiram e continuaram fazendo as inscrições, portanto, sempre tiveram por quem brigar e até então estão com a Educação Infantil nas suas escolas. Salientou que estão vivendo a mesma

história de dez anos atrás, mas nunca desistiram da luta e esta também é uma forma de lutar dentro desta Casa Legislativa com a união dos quinze Vereadores e toda a comunidade escolar. Citou a Moção aprovada neste Legislativo, enviada ao Governo do Estado, ao Secretário Estadual da Educação e a Coordenadora Regional de Educação - relatando e justificando que o momento é muito ruim para que o Município encampe todos estes alunos que somam o número além de cem alunos e também dizendo que se a Lei diz que a Educação Infantil é da responsabilidade do Município – a Lei também diz que o Ensino Médio é da responsabilidade do Governo Estadual. Taquara atende na ESTAJA (Escola Taquarense de Jovens e Adultos) o Ensino Médio, onde em 2015 foram quatrocentos e um alunos e em 2016 – quinhentos e dezoito alunos. Estes alunos atendidos na modalidade ensino a distância EAD, mas ensino presencial também está instalado na Escola Municipal Theóphilo Sauer que no ano de 2015 atendeu duzentos e dezenove alunos e em 2016 cento e oitenta alunos. Nesse sentido salientou que é uma luta que se estabelece com justiça, devido à barganha do Ensino Médio. Disse que é com tristeza que receberam ontem a confirmação das pessoas representantes do Estado e hoje tiveram a negativa da presença – lhe parece que é um olhar de pouco caso, sobre uma demanda tão importante que inclusive atinge o Ensino Médio, porque se o Município de Taquara não atender mais o Médio vai virar uma problemática bem grande, ou seja, se seguirem a legislação ao pé da letra encamparia o Município a Educação Infantil e teria uma economia considerável, mas a intensão não é economia é investimento em Educação de qualidade como Taquara tem hoje. Por isso darão andamento a esta Audiência Pública, diferenciada em algumas questões, pois entende que o Estado não se fazendo presente como se fez em 2015 – ele não poderá dar uma resposta nem encaminhamento. É sabido que as Escolas aqui mencionadas trouxeram em mãos documento reivindicando com um bom texto um direito a educação das suas comunidades e junto a ele inúmeras assinaturas – isso é um documento que respalda, onde logo depois com a orientação do Doutor Fábio – Assessor Jurídico desta Casa, poderão encaminhar ao Ministério Público para que possam fazer uma representação e quem vai arbitrar o próximo encontro será o Ministério Público. Pensa que é o caminho que resta para não se perder a luta e ter respaldado esse direito que é continuar com as três Escolas atendendo as crianças de cinco anos, nas quais já tem um significativo número de inscritos. Finalizando seu pronunciamento inicial, a Vereadora Sirlei colocou a palavra à disposição da Mesa, onde a Senhora Vivian Ângeli fez a seguinte colocação: Lembrou a existência de um plano nacional de educação, de um plano estadual de educação, e de um plano municipal de educação onde consta que o município, o estado e o governo federal trabalham em regime de colaboração, logo, enfatizou entender que isso é regime de colaboração. Informou que em contrapartida atende a 680 alunos (aproximadamente) no ensino médio nas duas escolas, ESTAJA e Theóphilo Sauer, acreditando que o estado faça a sua parte também. Secretário Municipal da Educação, Prof. Edmar de Holanda: Saudou a todos os presentes, a Mesa e em especial a Prof.<sup>a</sup> Sirlei pela sua preocupação com a educação, afirmando ter sido clara e compreensível em sua fala. Em seguida introduziu sua fala com a frase: “Se acham que a educação é cara, que experimentem a ignorância para ver como é mais caro ainda”. Repetiu a frase dando maior ênfase no assunto. Citou acreditar na importância desse pensamento para o Brasil, por muitas vezes se dizer que a educação é cara, dando a entender que ele também não sabe qual a proposta do estado, lembrando que praticamente desde o ano passado se iniciou este trabalho de colaboração que não acontece como deveria acontecer. Pediu desculpas a Vereadora Sirlei, dizendo que é necessário que seja feita uma reunião para que o estado entenda a importância da educação infantil e do ensino fundamental. Disse também ficar pensativo sobre o que essas autoridades desejam para a educação. Repetiu não saber qual a proposta do estado. Mencionou que o município tem feito esse trabalho para cobrar do estado essa consciência do regime de colaboração. Informou que existem escolas com mais de meio século tendo esse tipo de ensino, com

a pré-escola, ensinando crianças de quatro e cinco anos. Continuou dizendo que a atitude que o estado tem tomado lhe deixa apreensivo. Expressou acreditar que o estado juntamente com o município deve tomar uma decisão importante para não prejudicar as crianças, pois isso dá cadeia, não podendo dizer que isto não será feito pela falta de recursos. Criticou o estado por muitas vezes não fazer o trabalho que deveria fazer como no transporte escolar, justificando que o município faz praticamente todo o transporte escolar do estado, pelo fato de ser nos turnos da manhã, tarde e noite, e os recursos não estarem sendo pagos de acordo com a tabela como deveriam. Alertou que todas essas questões devem ser colocadas para que a própria Coordenadoria e a própria SEDUC entendam este problema. Listou que para que se atenda mais de 100 alunos, deve ser levado em conta o professor, o auxiliar, a merenda escolar, o transporte, a luz, a água, etc. Apontou que os taquarenses primam pelo bem estar das crianças que está diretamente ligado a qualidade de ensino, que só é possível quando se tem uma boa estrutura e professores que trabalham bem. Agradeceu a Vereadora Sirlei pelo trabalho, disse não poder dar nenhuma informação por não saber da proposta, afinal nem o prefeito conversou com a SEDUC. Desculpou-se caso tenha sido grosseiro. Desejou que fosse resolvido esse empasse que existe em Taquara, pois faz três anos que esse problema é apresentado ao final dos anos e se mantém sem solução. Vereadora Sirlei: Com relação ao posicionamento do Executivo Municipal a esta questão da Educação Infantil – quando foi abordado o Prefeito Municipal fez um documento e enviou também ao Governo do Estado, ao Secretário Estadual da Educação e a 2ª CRE de São Leopoldo justificando que se no ano passado não assumiu porque a situação do Município era difícil – este ano a situação do Município é mais difícil ainda, por todas as assunções do Município com relação à merenda escolar, a transporte escolar, ao Hospital que foi o Estado arredando da sua responsabilidade e o Município assumindo. Então foi colocado neste documento a relação de alunos atendidos no Médio pedindo uma atenção especial ao Governo do Estado para que continue atendendo a Educação Infantil, a exemplo dos outros anos, porque esta é uma forma justa que se estabelece, pois o Município tem um gasto muito maior no Médio. Em seguida a Vereadora Sirlei passou a palavra aos Vereadores presentes nesta Audiência Pública e todos manifestaram apoio colocando-se a disposição nesta demanda. A Vereadora Sirlei contribuiu ainda dizendo que há uma emenda a Constituição que traz a educação básica obrigatória gratuita dos quatro aos dezessete anos, ou seja, a Lei diz isso e 2016 é a data limite para o estabelecimento da mesma. Então o Estado terá que dizer sim, porque agora estas crianças terão o aparato legal para estarem dentro da Escola. O Vereador Régis de Souza deixou como sugestão que as Bancadas desta Casa, juntamente com o Executivo, Secretaria Municipal da Educação e demais interessados – busquem imediatamente, no máximo para próxima semana, uma audiência com Deputados Estaduais e Secretaria Estadual da Educação, para que os mesmos fiquem a par desta situação e dos encaminhamentos a serem dados, visando a colaboração conjunta de uma ação efetiva e positiva. A Vereadora Sirlei considerou uma excelente sugestão, pois pensa que a força política se estabelece e é importante neste momento recorrer aos Deputados antes mesmo de ir à representação junto ao Ministério Público. Nesse momento foi passada a palavra ao Assessor Jurídico desta Casa, Senhor Fabio Brack: Saudou a todos, salientando sua infelicidade por estar discutindo sobre algo que nem deveria estar sendo discutido, por quererem deixar cem crianças fora da escola. Mencionou acreditar que de todas as ideias mencionadas devem ser feitas ao mesmo tempo, e também que não podemos entrar daqui sessenta dias sem uma definição clara sobre o que será feito com essas crianças. Informou que é mais do que uma impossibilidade orçamentária para o município, sendo uma impossibilidade física, por não existir hoje salas de aula com capacidade de acolher 120 crianças de um dia para o outro. Afirmou que todos sabem que tanto o município quanto o estado passam por dificuldades, sugeriu então que se mantenha a situação da forma que está hoje, pelo estado ter essa

estrutura física, e o município ter uma estrutura física pra manter 698 alunos do ensino médio os quais são de responsabilidade do estado. Justificou que se fosse fácil, seriam transferidos estes 698 alunos para o estado, e as 120 crianças para o município, porém se sabe que isso não ocorrerá por impossibilidade física, pelo fato do estado não ter sequer salas de aula que comportem mais 700 alunos em Taquara. Seguiu dizendo que não se pode pensar que a solução está em colocar o que a lei determina, sendo o ensino médio com o estado e o ensino infantil com o município, o que não vai acontecer. Saliu que se deve pensar numa solução, que é deixar do jeito que está. Observou que se verificarmos o orçamento, o município de Taquara está perdendo dinheiro em relação ao estado mais uma vez, e o município não está reclamando, mas mantendo estes 700 alunos em sala de aula. Concordou com a fala do Vereador Regis, por saber como funcionam as coisas no Brasil, com ações políticas, não vendo uma ideia melhor do que o contato com estes deputados para que se vá até lá conversar sobre o assunto para que o governo seja pressionado politicamente. Opinou que neste mesmo dia deve-se sair um documento esta Casa, não em nome dessa Casa, porque isso seria mais uma ação política sem grande significado, mas talvez dos Conselhos de Pais dessas três escolas que serão atingidas, se propondo a confeccionar este documento junto à Vereadora, fazendo no dia seguinte a esta audiência, coletando assinaturas e entregando no Ministério Público. Justificou o porquê do Ministério Público dizendo que em algumas vezes que esteve no poder junto ao Executivo e ao Legislativo, participou de algumas reuniões onde o Ministério Público sempre pressionou o município pelas vagas da educação infantil, mesmo significando cortes em outras áreas, mas por brigar por isso há anos, o Ministério Público tem a obrigação no mínimo moral de se colocar ao lado do município, para brigar contra o estado pra que o estado mantenha essas vagas. Seguiu dizendo que em último caso também se colocou à disposição de que se passar da metade de janeiro sem solução, entrará com uma ação judicial a qual não vê muita dificuldade de conseguir uma liminar contra o estado pra que essas vagas sejam mantidas, pelo fato de que não será solicitada uma estrutura nova, e seja apenas um pedido pra que o estado mantenha o que ele já faz. Continuou dizendo não ver problema algum no Juiz garantir que pelo menos no ano de 2017 o estado mantenha essas vagas, ganhando tempo pra rediscutir toda essa política. Reafirmou que não podemos começar o ano letivo de 2017 sem uma definição, afirmando que se ficar na mão do estado, nada vai acontecer, pois eles não querem ter este custo e ainda também não querem o custo dos outros 700 que o município paga para eles. Encerrou dizendo não ver como não acelerar algumas coisas, entendendo a posição do Vereador Régis sobre a questão judicial que muitas vezes demanda muito tempo, mas crê que neste caso uma medida liminar seja eficaz. Na sequência foi concedida a palavra aos inscritos nesta Audiência Pública – Senhor Jeferson Sampaio Guedes e Senhora Margarete Smaniotto. A seguir foi passada novamente a palavra ao Assessor Jurídico desta Casa, Senhor Fabio Brack: Lembrou que a Assembleia Legislativa entrará em recesso por volta do dia 20 (vinte) de dezembro e como não houve eleições estaduais, provavelmente fique em recesso durante o mês de janeiro inteiro, portanto o tempo para contato com os deputados é curto, e é preciso q seja urgente. Informou que na questão da documentação, este documento será confeccionado na manhã do dia seguinte ao dessa sessão, informou também que descobrirá qual promotor está à frente nessa questão de educação para marcar uma reunião com esta pessoa provavelmente pra sexta-feira que se sucede. Sugeriu deixar estes documentos nos colégios para que os conselheiros assinem, se denominem como conselheiros (o que é importante por serem representativos de classe) e todos os pais que quiserem assinar também assinem esse documento junto com o abaixo-assinado. Explicou que as assinaturas podem se repetir, porém os documentos terão conteúdos diferentes, portanto uma não irá anular a outra, apenas auxiliar. Repetiu a ideia dos documentos ficarem disponíveis nas escolas durante o dia inteiro para que os pais que quiserem possam assinar para que em seguida seja entregue na

promotória. Concluiu dizendo ser necessário marcar um horário para que seja entregue em mãos na promotória para que se possa explicar verbalmente as reais intenções e essa urgência toda nessa situação. Após o Vereador Régis de Souza fez a seguinte colocação: Contribuiu dizendo que já encaminhou e-mail informando desta Audiência Pública ao Chefe de Gabinete do Deputado Gabriel Souza e Marcio Biolchi e ambos lhe comunicaram que a pauta foi passada às pessoas responsáveis pela agenda de reuniões. Nesse sentido disse que pode assumir a responsabilidade de errar, mas todos sabem que é desta forma que acontecem as coisas – nesse sentido pediu oportunidade para que até amanhã (1º/12) à tarde ou sexta (02/12) pela manhã – busque uma data com que possa se responsabilizar em ser antes de terça (06/12) e poder levar todos os encaminhamentos ao conhecimento de alguém influente dentro do Governo do Estado, bem como sugeriu ao Assessor Jurídico desta Casa que marque audiência com o Ministério Público mais para o final da próxima semana, pois um ato não inviabiliza outro. O Vereador Adalberto Soares colaborou ainda com a sugestão do Vereador Régis, dizendo que já entrou em contato com a assessoria do Deputado João Fischer e a mesma informou que dentro do possível serão parceiros nesta causa. Finalizando os trabalhos a Vereadora Sirlei Silveira agradeceu a presença e a colaboração de todos e disse que a chance da luta ser vencedora só existe pelas parcerias estabelecidas. Nada mais havendo a tratar, às 20h40min foi encerrada a Audiência Pública e os trabalhos efetivados na mesma encontram-se gravado na íntegra no arquivo digital de áudio no CD-ROM de Nº 086-2016. E, para constar, eu Silvana Fernandes Lopes, Servidora da Câmara de Vereadores de Taquara/RS, lavrei a presente Ata, que segue assinada por mim e conforme Resolução Nº 004/2015, pelos Vereadores presentes. Sala de Sessões, 30 de novembro de 2016.